



**Márcio Reinheimer**  
Editor de Política  
(51) 9.8169.5392

# CENÁRIO POLÍTICO

## Sem arrego

Num primeiro momento, a Guarda Municipal não deverá participar da fiscalização do estacionamento rotativo pago no Centro. Quando encontrarem um veículo ocupando vaga de forma irregular, os monitores vão acionar a Brigada - que possui convênio com a Prefeitura - para fazer a autuação e encaminhar o recolhimento. Os primeiros 15 dias servirão apenas para orientar, mas, a partir de 17 de fevereiro, não flaverá "arrego", garantem as autoridades.

## Na janela

A aproximação da "janela partidária", período em que os vereadores podem trocar de legenda sem perder seus mandatos, causa especulações nos meios políticos. Pelo menos uma troca parece confirmada. Talis Ferreira deixa o nanico PL e vai para o Progressistas, onde será colega de Joel Kerber. Há quem diga, inclusive, que ele pode acabar sendo o candidato a prefeito caso Kadu Müller não consiga concorrer.

**Incomodado** - Outro que pode deixar seu partido é Valdeci Alves de Castro. Há mais de um ano, ele assumiu uma postura francamente de oposição ao prefeito, embora o seu PSB integre a base de apoio. Aliás, independentemente dos candidatos, é provável que socialistas e progressistas estejam novamente juntos na campanha. Os incomodados, normalmente, acabam se retirando.



## RAPIDINHAS

➤ Quando assumiu o comando do Legislativo, em janeiro de 2019, Cristiano Braatz (MDB) suspendeu o cafezinho na sala da presidência. Para evitar "chacrinhas", já que ali também trabalham o secretário-geral e o consultor jurídico. Com "Cabelo", a tática está de volta.

➤ Sexta-feira, o presidente exonerou o secretário-geral da Câmara, Giovanni Bender, e reconduziu ao cargo Felipe Diego da Silva, que exerceu a função nos dois primeiros anos da legislatura.

➤ Se o Parque Centenário e a Estação da Cultura, que são atendidos pela Guarda Municipal, estão tendo suas praças infantis vandalizadas, a conclusão só pode ser uma: os próprios usuários danificam os brinquedos. É ou não é?

## Fraude nas eleições: Até assinaturas falsificaram!

O ex-prefeito Luiz Américo Alves Aldana, cassado em setembro de 2017, e o atual - seu companheiro de chapa, Kadu Müller - têm muitas explicações a dar para os montenegrinos. Numa demorada investigação da Polícia Federal, foram encontradas fraudes na prestação de contas de campanha da dupla, referente às eleições de 2016. A coligação teria recebido dinheiro de fontes vedadas e "esquentado" as doações por meio da produção de documentos "frios", com o uso de CPFs sem autorização e assinaturas falsificadas. Se forem condenados, Aldana e Kadu correm o risco de ser presos. O Ministério Público já ofereceu a denúncia ao Judiciário.



### Falsificações

Na denúncia oferecida à Justiça, constam os nomes de 12 pessoas listadas como doadoras. A coligação teria produzido declarações falsas, em que elas informam sua profissão e rendimento mensal para justificar os auxílios à campanha, a maioria deles no valor de aproximadamente R\$ 1.000,00. Ocorre que, ao serem chamados a depor, todos disseram que não trabalham nas áreas citadas, não fizeram repasses e garantiram que as assinaturas não são suas. As fraudes são inegáveis e primárias.

### Prática comum

O MP acredita que, na verdade, o dinheiro veio de alguma empresa - cuja participação agora é proibida - e, para gastá-lo, a coligação obteve os CPFs destas pessoas e simplesmente simulou as doações. É possível que outras candidaturas tenham usado a mesma estratégia para ocultar dinheiro de caixa dois, mas, como perderam a disputa, não houve maior investigação.

### Santa inocência

Alguns integrantes do governo têm usado o princípio da "presunção de inocência" - ninguém é culpado até que se prove - para defender o prefeito das mais variadas acusações. Ainda que este seja um dos alicerces do ordenamento jurídico, muitos dos nossos políticos, pela história e pelas práticas, criaram e alimentam a ideia de que os homens públicos já nascem culpados.

### Ex-adversários

As denúncias de fraudes surgiram logo depois que a vitória de Aldana e Kadu foi anunciada, ainda em 2016. O autor foi o Partido Progressista que, na época, concorreu à Prefeitura com Gustavo Zanatta e Tatiana Henke. Em 2019, Kadu se filiou ao antigo PP e muitos dos acusadores viraram seus principais defensores. A tal ponto que o chefe do Executivo pretende representar a legenda nas próximas eleições. Coisas da política.

### Plano B

Se a situação do prefeito já não era favorável em virtude dos pedidos de Impeachment que a toda hora pousam na Câmara, agora o quadro ficou ainda pior. A oposição vai "deitar e rolar". Entre os progressistas, ainda de forma muito tímida, há quem comece a pensar se não é hora de deixar o governo e lançar um Plano B. A direção do partido, no entanto, está firme com Kadu.

### Defesa

Em suas defesas, tanto Aldana quanto Kadu alegam que não atuaram diretamente na captação de recursos para a campanha, tampouco na prestação de contas. Es-

ta a cargo de apoiadores. Alguns foram ouvidos pela Polícia Federal e, como era de se esperar, derramaram a culpa sobre os candidatos. O fato de, na Justiça Eleitoral, Aldana ter sido indicado como coordenador financeiro da coligação, complica bastante a situação dele.

### Deixando pistas

No quadro abaixo, é possível constatar que a construção da fraude não teve maiores requintes na elaboração. Ao optar pela apresentação de personagens fictícios com baixa renda para "descarregar" o dinheiro usado na campanha, a coligação PSB/PRB/SD deixou pistas a seus opositores. Em sua consciência, por que não teriam doado e até uma babá doariam mais da metade de um mês de salário para ajudar a eleger um candidato a prefeito e a vice?

### Interrogações

Nessa história toda, há pelo menos duas perguntas que ainda carecem de respostas:  
1 - Onde a coligação arrumou os nomes e os CPFs destas doze pessoas para forjar as supostas doações de campanha?  
2 - Se não foram elas que ajudaram, de onde, afinal, veio o dinheiro da campanha?

Doador	Valor doado	Rendimento
1. RML	R\$ 1.000,00	R\$ 2.300,00 mensais
2. SS	R\$ 2.055,00 (total)	R\$ 2.000,00 mensais
3. PMT	R\$ 1.000,00	R\$ 1.900,00 mensais
4. WAS	R\$ 1.000,00	R\$ 1.900,00 mensais
5. AAR	R\$ 820,00	R\$ 1.800,00 mensais
6. COO	R\$ 1.000,00	R\$ 1.800,00 mensais
7. RSP	R\$ 1.000,00	R\$ 1.800,00 mensais
8. JSP	R\$ 1.000,00	R\$ 1.700,00 mensais
9. JAC	R\$ 1.000,00	R\$ 1.700,00 mensais
10. PJR	R\$ 1.000,00	R\$ 1.700,00 mensais
11. NS	R\$ 1.000,00	R\$ 1.200,00 mensais
12. JLR	R\$ 1.950,00 (total)	R\$ 1.000,00 mensais

\* Os supostos doadores SS e JLR teriam feito dois repasses  
\* Como os "doadores" não foram formalmente acusados de participação, a coluna optou por não divulgar seus nomes.